

Violência. Para agentes, brechas na lei e demora nos julgamentos levam a uma onda de alvarás de soltura

Polícia reclama que prende suspeitos, mas Justiça solta

Sindicato pretende acionar conselhos de Justiça e do Ministério Público

■ LUCIENE CÂMARA

■ Depoimentos de testemunhas, escutas telefônicas e provas periciais não têm sido suficientes para manter suspeitos de homicídio na cadeia. Delegados e investigadores da Polícia Civil reclamam que a Justiça está soltando presos perigosos, envolvidos com mortes, tráfico de drogas e outros crimes. Segundo eles, a demora na realização dos julgamentos e as brechas na lei levam a uma "onda de alvarás de soltura" e à impunidade.

Só em Belo Horizonte, há 15.958 processos de homicídio em andamento, nas mãos de apenas quatro juízes, o que dá uma média de 3.900 processos por magistrado. Além disso, por mês, chegam aos tribunais cerca de 230 casos. Em Santa Luzia, na região metropolitana, dos 72 suspeitos de assassinato presos em 2011, todos foram soltos pela Justiça meses depois, segundo o titular da Delegacia de Homicídios, Christiano Xavier. Ele chegou a elaborar um dossiê sobre a situação e estima que, hoje, ao menos 400 processos de homicídio estejam à espera de julgamento.

No material, o delegado cita a operação Walisson,

Amagis afirma que juízes seguem a lei

■ O presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), Herbert Carneiro, defende que os juízes não soltam os presos para agilizar o trabalho ou por desmerecer o trabalho da polícia, mas sim porque a Constituição garante o princípio da liberdade e porque a prisão preventiva só é dada em algumas situações, como quando o preso é perigoso ou está dificultando a investigação.

O sociólogo Robson Sávio alerta ainda para outro lado, o de que muitos presos são soltos porque os inquéritos não são bem feitos. "Com a polícia precária e um número grande de inquéritos, muitas vezes não há materialidade e indícios contundentes. Aí não há prisão". (LC)

realizada há dois anos, que prendeu nove integrantes de uma quadrilha de traficantes, alguns envolvidos em assassinatos. Mesmo com escutas telefônicas e "provas robustas", eles foram soltos meses depois e teriam voltado a praticar roubos e homicídios.

"Esse ritmo de impunidade se estende até agora. Há três anos venho pedindo providências e soluções, mas ninguém faz nada. Enquanto isso, os bandidos saem da cadeia matando testemunhas", afir-

"Quanto maior a precariedade do município, maior a impunidade. Presos por homicídio são soltos em todos os lugares. Há casos no Norte de Minas, como em Janaúba e Januária, e na região metropolitana, como em Ribeirão das Neves."

Denilson Martins

PRESIDENTE DO SINDPOL

"O juiz, em vez de pensar na sociedade, pensa no sistema prisional, que está lotado, e deixa os homicidas soltos"

Investigador

mou Xavier. Segundo ele, desde 2009, há uma média de dois júris de homicídio por ano em Santa Luzia.

Em Sabará, também na região metropolitana da capital, a delegacia regional informou que recebe uma média de oito alvarás de soltura por plantão.

Em Bocaiúva, no Norte de Minas, outro investigador relatou que 28 pessoas foram presas no mês passado em uma operação de combate ao tráfico. "Tinha gente indiciada por ordenar a morte de membros de fac-

ções rivais", contou. Segundo ele, as prisões foram feitas por ordem da Justiça, embasadas em escutas telefônicas e testemunhas. Menos de um mês depois, todos já estão em liberdade. "Em decorrência da soltura, já ocorreram duas tentativas de homicídio na cidade. Eles matam quem tentou denunciar", disse o policial.

A situação se repete em Montes Claros, na mesma região. Dos 123 homicídios ocorridos em 2012, a maioria ficou sem punição. "A população já percebeu a inércia, e os criminosos têm andado com a arma em punho na rua", contou o investigador Emerson Mota Rocha.

O Sindicato dos Servidores da Polícia Civil de Minas Gerais (Sindpol/MG) informou que vai entrar com uma representação nos conselhos Nacional de Justiça e do Ministério Público (MPMG). "Estamos falando de homicidas, que teriam condições de ficar presos, mas acabam se beneficiando com recursos", declarou o presidente, Denilson Martins.

Censurado

Proibição. Após fazer as denúncias, o delegado Christiano Xavier foi proibido de dar entrevista pelo chefe da Divisão de Crimes contra a Vida (DCCV), Wagner Pinto, alegando que "o assunto já está esgotado".